Editor: José Carlos Vieira (Cidades)
josecarlos.df@dabr.com.br
Tels. : 3214-1119/3214-1113
Atendimento ao leitor: 3342-1000
cidades.df@dabr.com.br



Frutos da resistência

O **Correio** traz histórias de mulheres negras que conseguiram romper um ciclo de dificuldades e construir um bom futuro profissional

» MILA FERREIRA
» GABRIELA CIDADE*
» BRUNNA RAMOS*

No último país da América Latina a abolir a escravidão, a liberdade não significou o fim das desigualdades para a população negra. Mais de um século depois da assinatura da Lei Áurea, os efeitos de uma história marcada pela exploração, pelo racismo e pela exclusão ainda atravessam gerações. No Brasil, onde pessoas negras continuam enfrentando barreiras para acessar direitos e oportunidades, a trajetória de muitas famílias também é feita de resistência e superação. Na segunda reportagem da série Consciência Negra, o **Correio** traz a história de filhas que trilharam um caminho profissional de sucesso mesmo com as mães trabalhando em profissões precarizadas.

Antônia de Maria Ribeiro da Silva, 55, é um exemplo de mulher batalhadora que proporcionou aos filhos um futuro melhor e com mais possibilidades do que ela mesma teve na juventude. Moradora do Gama, ela criou cinco filhos sozinha, com os rendimentos do trabalho de doméstica e depois de gari, atividade que exerce há 20 anos.

"Para mim, sempre foi uma prioridade que meus filhos estudassem e tivessem uma vida melhor", disse Antônia. "Eu nunca tive ajuda e nem rede de apoio. Os filhos mais velhos iam me ajudando a cuidar dos mais novos", relembrou.

Hoje, a filha mais velha de Antônia, Milena, tem 23 anos e cursa medicina veterinária na Universidade de Brasília (UnB). Marlo, 24, é formado em educação física pela UnB e trabalha na área. Micaela, 30, é formada em secretariado e trabalha na área no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Marla, 31, é professora da rede pública do DF. A mais velha, Marília, 33, é jornalista e trabalha em um veículo de comunicação.

"Tenho muito orgulho da minha profissão de gari, foi ela que me ajudou a criar meus filhos. Agora que eles estão formados, fiz a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e concluí o ensino médio em julho deste ano. Hoje, meus filhos também me ajudam financeiramente", destacou Antônia.

Mestre em sociologia e professor da faculdade Republicana, Fabio Vidal avaliou que a mudança de padrões onde filhos de mães com profissões precarizadas conseguem melhores oportunidades na vida tem a ver com duas coisas: o projeto dessas mães e uma janela de oportunidades que se abriu no país nas últimas duas décadas.

"As mães sempre souberam o valor do estudo. Muitas delas trabalhando dentro das casas da classe média, viram de perto o que um diploma, uma rede de contatos e uma boa escola fazem na vida de alguém. E transformaram isso em meta para as filhas, à custa de jornadas duplas, triplas, de muita renúncia", analisou Fabio. "O que mudou foi que, pela primeira vez, o Estado ofereceu caminhos concretos para esse esforço dar resultado: as cotas, e aqui a UnB foi pioneira em 2004, o ProUni, o Fies, a expansão das universidades e institutos federais, o Bolsa Família, a valorização do salário mínimo e a PEC das Domésticas", elencou.

O especialista ressaltou que ainda dá espaço para avanços por parte do governo e da sociedade. "Primeiro, garantir que o estudante não só entre, mas permaneça na universidade, com bolsa, moradia, alimentação e transporte. Aqui no DF isso pesa muito, porque estudar no Plano Piloto morando em Ceilândia, no Sol Nascente ou na Estrutural significa horas de ônibus todos os dias. Também precisamos de creche e escola em tempo integral. E é preciso formalizar e proteger o trabalho dessas mães, sejam domésticas, catadoras ou feirantes", destacou.

Novos caminhos

Servidora da Polícia Científica do Goiás, Kelly Assis Rodrigues, 35, cresceu na Estrutural. Ela e o irmão mais novo foram criados pela mãe, Neilma Rodrigues, 56, que já trabalhou como faxineira e diarista, e, hoje, trabalha com separação de material para reciclagem em cooperativas no DF.

"Fui a primeira da família a ter uma graduação e até onde eu sei, sou a única doutora, concursada e ainda num cargo policial, minha mãe tem muito orgulho", contou Kelly, que se formou em ciências biológicas em uma universidade particular, onde entrou graças a uma bolsa de 100%. Hoje, ela é auxiliar de autópsia, doutora em biologia molecular pela UnB e continua estudando para realizar o sonho de ser perita criminal.

Arquivo pessoal



A gari Antônia de Maria Ribeiro da Silva e seus filhos: Marlon, Mikaela, Marla, Milena e Marília (esquerda para direita)

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Danielle Silva (à direita) com a mãe, Maria do Carmo (ao centro), a filha Larissa Mariane (à esquerda) e a neta Ayla (no colo)

Doutora em estudos da diáspora africana e diretora de programas na Secretaria Executiva do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), Dalila Fernandes de Negreiros lembra que a presença negra no ensino superior não começou com as cotas. Ela cita pioneiras como Maria Odília Teixeira, na Bahia, e Enedina Alves Marques, no Paraná. "Porém, historicamente havia mais dificuldade de pessoas negras estarem presentes na universidade e em determinadas áreas do conhecimento, como a medicina, o direito e as engenharias", pondera. Segundo ela, esse cenário começou a mudar com a reserva de vagas adotada pela UnB e ganhou escala nacional com a Lei de Cotas, de 2012.

No serviço público, a especialista destaca a lei federal de 2014, que reservou 20% das vagas em concursos para pessoas negras, percentual depois ampliado para 30%. "Mas há grande dificuldade em implementar a lei. Ela depende de uma política contínua e bem estruturada de gestão de pessoas, que garanta a efetividade das cotas", alerta. Para Dalila, as cotas não são uma política isolada e precisam vir acompanhadas de iniciativas junto ao setor privado, "sobretudo para aumentar a participação de mulheres negras em espaços de poder, decisão e melhor remuneração".

No DF, ela ressalta o pioneirismo em políticas de igualdade racial, como a Lei Distrital nº 1.187, de 1996, que previu o ensino da história negra nas escolas, e o Plano Distrital de Igualdade Racial, de 2021. "Apesar da relevância de tais iniciativas, temos uma grande descontinuidade das ações, descontinuidade de aporte orçamentário e mesmo de valorização de pessoas negras em lugares de visibilidade e liderança", critica.

O olhar também precisa se voltar para as mães. "Valorizar, remunerar melhor e garantir a formalização de trabalhadoras domésticas, cuidadoras de idosos e demais profissionais do cuidado é essencial para enfrentar os resquícios da escravidão que permanecem no nosso dia a dia", defende Dalila. Segundo ela, essas trabalhadoras têm um trabalho fisicamente exaustivo, muitas vezes informal, e enfrentam dificuldade para se aposentar ou se afastar quando adoecem.

Gerações

Entre essas famílias, estão a caminhada de mulheres que, mesmo diante de caminhos estreitos e de oportunidades negadas, fizeram do trabalho e da educação instrumentos para mudar o próprio destino. No Paranoá, essa história tem três protagonistas: Maria do Carmo, 68, Danielle Silva Coelho, 45, e Laisa Mariane, 22. Avó, mãe e filha carregam marcas de realidades diferentes, mas compartilham uma herança construída muito antes de qualquer diploma ou conquista profissional, que é a determinação de uma mulher que trabalhou a vida inteira para que os filhos pudessem chegar mais longe.

Maria trabalhou fazendo faxinas para conseguir suprir as necessidades da família. Até que um dia, o destino, a luta e a fé se cruzaram na volta para casa quando Maria passou por um homem que vendia apostilas para concurso e decidiu comprar um para que dois dos seus filhos pudessem estudar.

A lembrança emociona Danielle, que ocupa a Prefeitura da UnB. Para ela, a história da apostila representa muito mais do que uma compra. É a dimensão de tudo aquilo de que a mãe precisou abrir mão para que os filhos pudessem estudar. "Ela pode não pensar nem entender dessa forma, mas abriu mão de muita coisa por nós. O dinheiro que ela ganhava trabalhando o dia inteiro, às vezes com o joelho machucado, era o dinheiro que ela usava para comprar uma apostila, um caderno, para que a gente pudesse estudar. Meu pai era viciado em jogo, então a gente nunca via o dinheiro dele dentro de casa. Era ela que segurava tudo", conta.

Maria trabalha na universidade de Brasília (UnB) há 30 anos. Durante um período em que trabalhava como porteira, Maria do Carmo enfrentou o tratamento hostil de um professor que, segundo ela, não a cumprimentava e chegou a escrever uma carta questionando sua capacidade de exercer a função "Eu acreditava que ele era racista, ele não olhava na minha cara e um dia chegou com uma carta pedindo para me tirar de lá, porque eu não tinha capacidade de estar naquele lugar". Depois a carta chegou a ser utilizada por Danielle em um dos seus trabalhos acadêmicos.

Hoje, Danielle é engenheira civil, especialista em gestão universitária e mestre em governança e inovação de políticas públicas pela UnB. Além disso, ocupa o cargo de prefeita da universidade, sendo a primeira mulher negra a ocupar, nos mais de 60 anos da academia, e lidera uma equipe com mais de mil pessoas.

Ao falar sobre o caminho percorrido, Danielle divide o reconhecimento entre a mãe e a universidade. Para ela a UnB ofereceu oportunidades que Maria do Carmo tentou proporcionar, mas não teve condições de garantir sozinha "Eu cresci nos corredores da UnB porque, quando minha mãe não tinha com quem me deixar, ela me trazia. A mesma coisa aconteceu com meus filhos. Eu fui mãe solo e, quando não tinha com quem deixá-los, eles vinham comigo. Então, eles cresceram correndo pelos corredores da universidade, recolhendo flores. A UnB é mais do que uma mãe para mim, porque conseguiu me dar aquilo que minha mãe tentou muito, mas não conseguiu me proporcionar. Tenho muita gratidão às duas", diz.

A terceira geração dessa história é Laisa Maiane, 22, filha de Danielle e neta de Maria do Carmo. Estudante de administração, ela está concluindo a graduação e é mãe de uma menina de onze meses. Se a avó precisou trabalhar desde a infância e a mãe enfrentou dificuldades para conseguir estudar, Laisa cresce com outras possibilidades.

Ao olhar para a trajetória da família, Laisa não encontra uma palavra mais adequada do que luta "Minha avó veio de um lugar que hoje considero muito difícil. Minha mãe sobreviveu a muita coisa, porque não dá nem para chamar aquilo de uma vivência. As duas são exemplos de força e crescer dentro de casa, presenciar tudo o que presenciei e ter essas duas mulheres como exemplo é entender o que é força e resiliência", afirma.

"É uma realidade muito diferente. Por meio da minha avó, minha mãe conseguiu fazer uma faculdade. Por meio da minha mãe, eu estou terminando a minha e vou proporcionar aula de idioma para a minha filha. Minha avó queria colocar a filha para estudar. Hoje, eu sei que minha filha vai estudar. Somos uma escada", explica Laisa.

Para a antropóloga Ana Clara Damásio, doutora em antropologia social pela UnB e professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA), histórias como as de Antônia, Neilma e Kelly não podem ser lidas como trajetórias isoladas. "Não devemos interpretar essas transformações como se uma geração tivesse simplesmente superado a outra. As mulheres mais velhas não representam apenas um passado de dificuldades, assim como as mais jovens não representam automaticamente um futuro de emancipação. Existe uma relação de continuidade entre elas", afirma. "Uma avó que cuidou dos netos, uma mãe que trabalhou durante décadas ou uma tia que ajudou financeiramente uma sobrinha podem ter sido fundamentais para que aquela jovem chegasse à universidade."

A pesquisadora lembra que o ponto de partida ainda é desigual. Segundo dados do Instituto de Pesquisa e Estatística do DF (IPEDF), com dados de 2021, as mulheres negras eram 55,1% das moradoras do DF, mas chegavam a 70,6% da população feminina no estrato socioeconômico mais baixo. "Isso revela como raça, gênero e classe se articulam na criação das desigualdades", analisa.

Para ela, as mudanças são fruto de luta e de políticas públicas. "As políticas de ações afirmativas, especialmente as cotas raciais nas universidades e nos concursos públicos, são fundamentais nesse processo. Elas modificam não apenas quem consegue ingressar nesses espaços, mas também quem passa a produzir conhecimento, ocupar posições de decisão e participar da construção das instituições brasileiras." Mas faz um alerta: "Não podemos confundir presença com igualdade". E conclui: "Não podemos deixar que a possibilidade de mobilidade social dependa exclusivamente do esforço individual ou dos sacrifícios de uma geração para que a seguinte tenha oportunidades. É urgente que o Estado assuma sua responsabilidade".

Cientista social e coordenadora distrital do Movimento Negro Unificado (MNU/DF), Brenna Vilanova acredita que houve avanços concretos, mas não se pode confundir a conquista de oportunidades com a superação das desigualdades. "O que mudou, principalmente nas últimas décadas, foi a ampliação dos mecanismos de acesso a oportunidades que historicamente foram negados e/ou dificultado a determinados grupos sociais. Mas ainda precisamos transformar as estruturas que determinam quem consegue entrar nesses espaços, quem consegue permanecer e quem efetivamente tem condições de prosperar neles", conclui.

***Estagiárias sob a supervisão de Patrick Selvatti**